



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS LITORAL

CYBELE APARECIDA SANTOS DE OLIVEIRA

**BREVES REFLEXÕES A RESPEITO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO A PARTIR
DO GPEDI**

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO É VERDADEIRAMENTE DO CAMPO EM
PARANAGUÁ?**

PARANAGUÁ

2018

CYBELE APARECIDA SANTOS DE OLIVEIRA

**BREVES REFLEXÕES A RESPEITO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO A PARTIR
DO GPEDI**

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO É VERDADEIRAMENTE DO CAMPO EM
PARANAGUÁ?**

**Artigo apresentado como pré-requisito à
conclusão do Curso de Especialização em
Gestão de Processos de Educação,
Diversidade e Inclusão da UFPR Litoral.**

Orientadora: Prof.^a Silvana Cassia Hoeller

PARANAGUÁ

2018

BREVES REFLEXÕES A RESPEITO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO A PARTIR DO GPEDI

A EDUCAÇÃO DO CAMPO É VERDADEIRAMENTE DO CAMPO EM PARANAGUÁ?

Cybele Aparecida Santos de Oliveira

RESUMO

Este artigo tem por objetivo fazer uma breve reflexão sobre a Educação do Campo no Brasil e em Paranaguá, a partir da multiplicação da especialização “Gestão Em Processos da Educação, Diversidade e Inclusão” da UFPR Litoral, módulo Educação do Campo, que foi realizado no polo da Escola Municipal “João Rocha dos Santos”, buscando destacar a história dos movimentos sociais do campo no Brasil, suas lutas e conquistas através dos sujeitos envolvidos com o campo, os paradigmas conceituais entre Educação Rural e Educação do Campo, a busca por uma identidade e políticas públicas próprias através de diretrizes curriculares, motivando na indagação: “A Educação do Campo é verdadeiramente do Campo, nas escolas do município de Paranaguá”? Tomando como base a Resolução Nº 2, do Conselho Nacional de Educação, foi aplicado um questionário semiestruturado a cinco cursistas que já atuaram e que atuam em escolas do campo de Paranaguá, buscando entender algumas especificidades relacionadas à infraestrutura e à parte pedagógica, que evidenciou a falta de alguns direitos que ainda precisam ser revistos pelas políticas públicas municipais.

Palavras-chaves: Reflexão. Educação do Campo. Questionamento.

1 INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo trazer breves reflexões que se tornaram pertinentes a partir da multiplicação do Gpedi, devido a fatores históricos relevantes da Educação do Campo no Brasil, seus movimentos e o forte envolvimento de seus sujeitos.

Um grande esforço se fez para formulação de uma identidade e políticas direcionadas por uma Educação do Campo, surgiu o questionamento

relacionado sobre as especificidades da Educação do Campo nas escolas de Paranaguá, com o enfoque estrutural e pedagógico dessas escolas.

A metodologia utilizada foi qualitativa, com revisão bibliográfica trazendo autores como: Medeiros, Caldart, Arroyo, Fernandes, assim como as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica entre outros documentos necessários para a fundamentação da reflexão do estudo.

O resultado e as discussões apresentadas no artigo tiveram a intenção de trazer uma breve reflexão sobre o processo histórico da Educação do Campo no Brasil e à luz, as especificidades que não são contempladas nas escolas do campo em Paranaguá.

2 MARCO TEÓRICO

Buscando entender como a Educação do Campo não se tornou somente um conceito educacional, e sim, algo mais amplo que marca a história da educação brasileira, remete-se que:

A concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da Educação do Campo a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação. Trata-se, portanto, de uma concepção que emerge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo. (CALDART org., 2012, p.326)

A educação é uma das dimensões fundamentais para o desenvolvimento territorial (SANTOS, 2008, p.41), a educação rural e/ou do campo sempre foi tratada como compensatória, devido a imagem que herdamos do homem do campo é uma versão construída pelos vencedores no processo histórico. De acordo com ela fomos, durante muito tempo, levados a pensar o trabalhador rural como passivo, submisso, cordato, incapaz de formular seus próprios interesses e de lutar por eles (Medeiros, 1989, p.11).

Recordamos que índios e os africanos escravizados no Brasil, também fizeram seus movimentos de formas organizadas, buscando uma alternativa à vida em cativeiro e constituindo quilombos, grupos de fugitivos que, apossando-se de terras ainda virgens, criavam sua forma própria de organização econômica, social e política (Medeiros, 1989, p.11).

Entre 1945-1964 foram marcados por vários movimentos de lutas pela terra, durante esse período, damos destaque as Ligas Camponesas, de acordo com Medeiros, 1989, p.48:

O que marcou a ação das Ligas nesse período foi o fato de os camponeses irem às ruas, realizando marchas, comícios, congressos, procurando não só reforçar sua organização interna como ampliar sua base de apoio nas cidades, e, dessa forma, colocar-se ao abrigo da repressão dos proprietários. Ao mesmo tempo, lutavam pela desapropriação do engenho Galiléia, o que conseguiram do governo estadual em 1959. Tais ações projetaram as Ligas nacionalmente, alimentando o debate sobre a natureza da propriedade da terra e a necessidade da reforma agrária.

Findando a década de 70, o regime vigente, o militarismo, vai enfraquecendo, as lutas no campo se diversificaram e se intensificaram.

No decorrer dos anos 80, inúmeras lutas no campo e nas cidades ocorreram, segundo Medeiros (1989, p.121):

Do ponto de vista dos trabalhadores do campo, suas lutas se intensificaram e deram um salto de qualidade. As razões para isso devem ser entendidas tanto a partir desse novo momento vivido pelo país, que abriu um novo espaço para Sua expressão, como também devem ser buscadas em mudanças que se processaram no interior da dinâmica dos conflitos. Dois fenômenos contribuíram para isso. Um deles foi à entrada em cena de novos mediadores, como foi o caso da Comissão Pastoral da Terra, que acabaram por gerar uma disputa pela representação dos trabalhadores no interior dos movimentos.

Em 1984, surge o Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em defesa da terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais, anos seguidos de muitas reivindicações, conflitos, massacres, sendo o maior deles conhecido por “Massacre de Carajás”.

No setor de educação no ano 2000 o MST já contava com 1500 escolas públicas nos assentamentos, 150 mil crianças matriculadas e cerca de 3500 professores em escolas onde se desenvolve uma pedagogia específica para o campo (MST, 2004).

Várias organizações sociais começaram a se mobilizar em defesa de uma educação voltada ao campo e por políticas públicas mais efetivas. Os assentamentos de reforma agrária como parte dos territórios camponeses têm sido o espaço mais amplo de realização dos projetos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), que nasceu em 1998, destacou Fernandes (2008, p.39).

Com uma articulação nacional diversos documentos nasceram de várias discussões, os principais deles: “Por Uma Educação do Campo” (Caldart, 2002), as já citadas “Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo”(Brasil, 2013) e “Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Brasil, 2013)”. Ressaltam-se também as Leis de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9394 de dezembro de 1996 que:

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014)

2.1 A EDUCAÇÃO DO CAMPO É DO CAMPO EM PARANAGUÁ?

Um desafio está posto à educação do campo: considerar a cultura dos povos do campo em sua dimensão empírica e fortalecer a educação escolar como processo de apropriação e elaboração de novos conhecimentos (Paraná, 2006, p.26).

Formulando questionamentos com alguns cursistas que já atuaram e atuam na Educação do Campo do município de Paranaguá, buscou-se entender as especificidades conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo, a partir de suas perspectivas e vivências nessa modalidade de ensino.

Na realidade, a história da Educação do Campo é muito mais ampla, segundo Hoeller, 2013, p.15, foi pensada a partir do espaço urbano e ampliada para os espaços ditos rurais, por isso se estabeleceu uma relação de reprodução da educação da cidade, diferentemente a educação rural conceituada por Caldart org. (2012, p.240):

[...] sempre foi instituída pelos organismos oficiais e teve como propósito a escolarização como instrumento de adaptação do homem ao produtivismo e à idealização de um mundo do trabalho urbano, tendo sido um elemento que contribuiu ideologicamente para provocar a saída dos sujeitos do campo para se tornarem operários na cidade.

No entanto “esta visão do campo como um espaço que tem suas particularidades e que é ao mesmo tempo um campo de possibilidades da relação dos seres humanos com a produção das condições de sua existência

social, confere à Educação do Campo o papel de fomentar reflexões sobre um novo projeto de desenvolvimento e o papel do campo neste projeto”, assim afirmam: Arroyo, Caldart, Molina, (2004, p.15).

Para Hoeller (2013, p.15) é importante pensar que as raízes da problemática que envolve a Educação do Campo têm suas origens na questão agrária.

Conceber a educação como direito humano significa incluí-la entre os direitos necessários à realização da dignidade humana plena (Caldart, 2012 p.217),

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica com consultas referentes às orientações para o atendimento da Educação do Campo busca que:

[...] o processo educativo deva criar oportunidades de desenvolvimento e realização pessoais e sociais; de trabalhar sobre as demandas e necessidades de melhoria sob vários aspectos: acesso, permanência, organização e funcionamento das escolas rurais, propostas pedagógicas inovadoras e apropriadas, transporte, reflexão e aperfeiçoamento das classes multisseriadas[...] (BRASIL, 2013, p. 288).

O Conselho Nacional de Educação, na Resolução N° 2, de 28 de abril de 2008 destaca:

Art. 7º A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infra-estruturais adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo.

§ 1º A organização e o funcionamento das escolas do campo respeitarão as diferenças entre as populações atendidas quanto à sua atividade econômica, seu estilo de vida, sua cultura e suas tradições. (BRASIL, 2013, p.296).

Com base nessa Resolução, foram destacadas pelas cursistas, algumas especificidades que não são contempladas nas escolas do Campo no município de Paranaguá, como as infraestruturais e as pedagógicas.

Motivados por várias especificidades não contempladas, Kolling, Cerioli e Caldart (2002, p.13), afirmam que há necessidade de duas lutas combinadas: pela ampliação do direito à educação e à escolarização do campo.

3 METODOLOGIA

A partir da multiplicação Módulo Gestão em Educação do Campo, no polo, Escola Municipal “João Rocha dos Santos”, buscou-se fazer uma breve revisão literária destacando o histórico da Educação Rural e do Campo no Brasil.

Elaborou-se um questionário com perguntas semiabertas, como instrumento de levantamento de dados, com a participação de cinco cursistas, tendo como base no Art. nº 7 do Conselho Nacional de Educação, nos seguintes aspectos: apoio pedagógico; condições infraestruturais; materiais; livros didáticos; equipamentos; laboratórios; bibliotecas; áreas de lazer e esporte; respeito às diferenças locais quanto à sua atividade econômica, estilo de vida, cultura e tradições; diferenças entre as escolas do campo e urbana. Estes elementos ajudaram na compreensão sobre a educação do campo no município de Paranaguá.

Este questionário foi aplicado após a finalização da multiplicação do Gpedi, para cinco cursistas com prática nesta modalidade de ensino. Foi unânime as respostas negativas relacionadas aos aspectos acima mencionados, enfatizando reflexões sobre todo o processo da Educação do Campo no Brasil, no entanto, observa-se que muito precisa ser feito e repensado nas políticas públicas.

4 RESULTADOS

A Educação do Campo é um prisma refletido em qualquer região ou localidade pela busca de políticas públicas mais efetivas, destacando que muitos avanços ocorreram através dos intensos movimentos sociais pela terra e por uma educação do campo.

As cursistas apontaram que as escolas do campo em Paranaguá tem uma infraestrutura reduzida, apoio pedagógico precário, falta de materiais direcionados ao campo, assim como pouca estimulação e valorização da cultura, estilo de vida e tradição de cada comunidade.

E que as escolas do campo de Paranaguá também refletem essas almejadas modificações da construção de um direito, que é o da Educação, com qualidade e direcionados aos interesses da vida no campo.

Outro ponto a se destacar é o fato que as escolas do campo de Paranaguá não têm sua raiz na luta de classes, pois não passaram pelo processo de luta pela reforma agrária e sim, por medida compensatória das políticas públicas.

Destaca-se que a Educação do Campo de Paranaguá precisa de um resgate da identidade das comunidades, assim como de professores habilitados nesta modalidade de ensino para que ocorra a valorização dos sujeitos e para que as escolas se tornem verdadeiramente do Campo no contexto da lei.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho concluímos que os Movimentos Sociais pela Terra foram importantíssimos para que a Educação brasileira se fortalecesse através de muitas lutas, quebras de paradigmas, conversações e debates sobre o rumo da efetivação da Educação do Campo.

O movimento por uma Educação do Campo consolidou efetivamente essas transformações beneficiando a todos os envolvidos com o campo.

O questionamento: “A Educação do Campo em Paranaguá é verdadeiramente do campo?”, necessita de outros estudos nas diferentes esferas ligadas ao processo da Educação do Campo, buscando uma identidade própria para essas escolas, através de um repasse aos professores sobre o histórico da Educação do Campo, discussões aprofundadas sobre o currículo para que haja mudanças significativas porque pouco se difere da educação urbana, com seu modelo apostilado, fugindo do contexto de cada localidade e com poucas práticas pedagógicas relacionadas com a realidade local onde as escolas do campo estão inseridas.

Neste contexto, Paranaguá precisa urgentemente melhorar suas organizações municipais para fomentar as discussões acerca da Educação do Campo, habilitar os profissionais, além de efetivar melhorias infraestruturais, pedagógicas e as problemáticas específicas de cada comunidade.

REFERÊNCIAS

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo/** Leonilde Sérvolo de Medeiros. – Rio de Janeiro FASE, 1989.

CALDART, R. S. **Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: Educação do Campo: identidade e políticas públicas.** Kolling, E.J. et al. (orgs). Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 4. Brasília: Art. Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação/** Bernardo Mançano Fernandes...[et al.]; organizadora, Clarice Aparecida dos Santos. – Brasília : Inkra ; MDA, 2008.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Por uma educação do campo/** Miguel Gonzalez Arroyo, Roseli Salete Caldart, Mônica Castagna Molina, (organizadores). – Petrópolis, RJ : Vozes, 2004.

Um processo inovador na Educação do Campo: alguns olhares. / Silvana Cássia Hoeller; Maurício César Vitória Fagundes; Cecília Maria Ghedini. Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2013.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo.** Secretaria Estadual de Educação. Superintendência da Educação, 2006.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica /** Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral, 2013.

Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto, - Rio de Janeiro, São Paulo: escola Politécnica de Saúde de Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

BRASIL, **Leis de Diretrizes e Bases da Educação, 1996.** Acesso em 20/11/2018 - <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11691706/artigo-28-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>.

<http://mst.org.br/nossa-historia/05-14> - acesso em 24/10/2018.

APÊNDICE 1

QUESTIONÁRIO CURSISTAS GPEDI – MÓDULO EDUCAÇÃO DO CAMPO – POLO: ESCOLA MUNICIPAL JOÃO ROCHA DOS SANTOS"

1 - Nome: _____

2 - Tempo de profissão como professora: _____

3 - Qual sua área de formação? _____

4 - Já atuou ou atua na modalidade educação do campo no município de Paranaguá?

Sim ()

Não ()

5 - Quanto tempo atua ou atuou na escola do campo? _____

6 - Em qual escola do campo atua ou atuou?

7 - Na sua opinião há apoio pedagógico satisfatório na escola do campo que atua ou atuou?

Sim ()

Não ()

Parcialmente ()

8 - Na sua opinião há infraestrutura adequada na escola do campo que atua ou atuou?

Sim ()

Não ()

Parcialmente ()

9 - Na sua opinião há materiais adequados na escola do campo que atua ou atuou?

Sim ()

Não ()

Parcialmente ()

10 - Na sua opinião os livros didáticos contemplam satisfatoriamente a escola do campo que atua ou atuou?

Sim ()

Não ()

11 - Os livros didáticos são específicos para a realidade da escola de campo que atua ou atuou?

Sim ()

Não ()

Parcialmente ()

12 - Há equipamentos adequados para a realidade da escola do campo que atua ou atuou?

Sim ()

Não ()

Parcialmente ()

13 - Há laboratórios na escola do campo que atua ou atuou?

Sim ()

Não ()

14 - Se há qual tipo de laboratório?

15 - Há biblioteca na escola de campo que atua ou atuou?

Sim ()

Não ()

16 - Há áreas de lazer e desporto?

Sim ()

Não ()

Outros: Especifique:

17 - Na sua opinião é/foi respeitada, as diferenças relacionadas à atividades econômicas, estilo de vida, cultura e tradições da comunidade em que sua escola do campo está inserida?

Sim ()

Não ()

Parcialmente ()

18 - Na sua escola há atividades diferenciadas relacionadas à educação ambiental a partir da realidade que a escola está inserida?

Sim ()

Não ()

Parcialmente ()

19 - Há salas multisseriadas na escola do campo que atua ou atuou?

Sim ()

Não ()

20 - Na sua opinião o que difere a escola do campo da escola urbana?
